Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 3778/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/15564/2014
PROTOCOLO	: 1541786
ÓRGÃO	: AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL MS - IAGRO
RESPONSÁVEL	: MARIA CRISTINA GALVÃO ROSA CARRIJO
CARGO	: DIRETORA PRESIDENTE À ÉPOCA
ASSUNTO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 14/2011
CONTRATADO	: MARCOS AUGUSTO DE ANGELIERI SUTIRO
OBJETO	: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DO ESCRITÓRIO LOCAL DO IAGRO EM SANTA RITA DO PARDO.
MODALIDADE	: DISPENSA DE LICITAÇÃO
VALOR	: R$ 47.280,00 (QUARENTA E SETE MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS)
RELATOR	: CONS. JERSON DOMINGOS

Tratam-se os autos da análise do procedimento de Dispensa de Licitação, da formalização do Contrato Administrativo n. 14/2011, do 1º, 2º, 3º e 4º Termos Aditivos e sua execução financeira, celebrado entre a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de MS – IAGRO e Marcos Augusto de Angelieri Sutiro, tendo como objeto a locação de imóvel destinado a instalação do escritório local do IAGRO em Santa Rita do Pardo.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo na análise ANA-3ICE –33638/2017 (f. 246/259), após verificar os documentos comprobatórios do procedimento de Dispensa de Licitação, da formalização do instrumento do contrato, dos termos aditivos e da execução financeira, manifestou-se pela regularidade das três fases da contratação, ressalvando para o descumprimento de prazo demonstrado nos itens VI.1 e VII.2.2.2 do relatório.

O Ministério Público de Contas emitiu seu parecer (f. 260/261), concluindo pela legalidade e regularidade da contratação direta por dispensa de licitação, da formalização do contrato do 1º, 3º e 4º Termos Aditivos, pela regularidade com ressalva da formalização do 2º Termo Aditivo, pela regularidade da execução financeira e pela aplicação de multa ao responsável.

É o relatório.

Constata-se que foram observadas as disposições regimentais quanto à instrução processual, bem como os atos referentes ao procedimento de Dispensa de Licitação e formalização do instrumento do contrato e seus aditamentos, atendem

as determinações da Lei Federal n. 8.666/93 e INTC/MS n. 35/2011.

Verifica-se que houve a publicação resumida do instrumento do contrato e do 2º Termo Aditivo na imprensa oficial fora do prazo previsto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8666/93[1], os demais termos aditivos foram publicados tempestivamente, outrossim, os documentos foram enviados a esta Corte de Contas dentro do prazo previsto no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.1, "a" inciso I, da Instrução Normativa TCE/MS n. 35/2011[2].

A contratação foi efetuada conforme o estabelecido no artigo 24, inciso X da Lei Federal n. 8.666/93, contendo a justificativa da contratação, parecer jurídico, habilitação e demais documentos pertinentes à dispensa de licitação.

O instrumento contratual ora examinado estabelece com clareza as condições para sua execução, apresentando cláusulas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, consoante disposto no artigo 55, da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, estando revestido de regularidade.

No que tange à execução financeira, as etapas foram realizadas de acordo com as disposições contidas na legislação vigente, em especial a Lei n. 4.320/64, restando clara a liquidação da despesa, conforme demonstrado abaixo:

NOTA DE EMPENHO	R$ 47.279,97
NOTA FISCAL	R$ 47.279,97

[1] Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.
Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

[2] CAPÍTULO III
SEÇÃO I
CONTRATOS, CONVÊNIOS, AJUSTES, CONGÊNERES E DISPOSIÇÕES GERAIS
1 – CONTRATOS
1.1. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
1.1.1. OBJETO: CONTRATOS EM GERAL
A) PRAZO: até 15 (quinze) dias úteis após a data da publicação do contrato.
(*) Devem ser remetidos apenas os contratos que na data de sua formalização sejam de valor igual ou superior ao limite estabelecido nos incisos I e II do artigo 304 da Resolução Normativa n. 57, de 7 de junho de 2006, com modificações posteriores.

ORDEM DE PAGAMENTO	R$ 47.279,97

Diante do exposto, acolhendo a manifestação da 3ª ICE e o parecer do Ministério Público de Contas, DECIDO:

I - Pela REGULARIDADE do procedimento de Dispensa de Licitação, da formalização do Contrato Administrativo n. 14/2011, do 1º, 3º e 4º Termos Aditivos e de sua execução financeira, celebrado entre a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de MS – IAGRO e Marcos Augusto de Angelieri Sutiro, nos termos do inciso I, do art. 59 da Lei Complementar n. 160/2012 c/c os incisos I, II e III do art. 120, da Resolução Normativa n. 76/2013;

II - Pela REGULARIDADE COM RESSALVA da formalização do 2º Termo Aditivo, nos termos do inciso II, do art. 59 da LC n. 160/2012 c/c o inciso II do art. 120, da RNTC/MS n. 76/2013;

III – pela COMUNICAÇÃO da decisão a interessada, conforme o artigo 50 da Lei Complementar n. 160/2012 c/c o artigo 94 da Resolução Normativa TC/MS n. 076/2013.

Campo Grande/MS, 26 de abril de 2018.

Conselheiro Jerson Domingos
Relator

rc